



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11

ATA N.º 12/XII-1º/2017-18

1 - Aos 27 dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período da Ordem do Dia

(continuação da reunião anterior)

3.7 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas;

3.7.1 - Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2017;

3.7.2 - Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2017;

3.7.3 - Relatório e Conta de Gerência da ECALMA, relativo ao exercício de 2017;

3.8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "1ª Revisão Orçamental do Município, referente ao ano de 2018.

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2018.

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada.

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Contrato-Programa CMA-ECALMA.

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Monitorização da ARU Almada.

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Monitorização da ARU Trafaria.

3.14 -Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente, procedendo ao anúncio da comunicação do Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril; do Senhor Deputado Municipal Bruno Dias (CDU) solicitando a substituição por ausência nos dias 27 e 30 de abril; da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues de Carvalho (CDU) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril; da Senhora Deputada Municipal Marina Alexandra Lopes (PSD) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril; e da Senhora Deputada Municipal Inês Correia Bom (BE) solicitando a substituição por ausência nos dias 26 e 27 de abril.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS), Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; Mário Pedroso (CDU), por impedimento de Jorge Feliciano; Sónia Raquel Faria (PSD); e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.3- A Sr.ª Deputada Sandra Branco (PAN) comunicou que encontra doente e impossibilitada de comparecer à reunião, tendo a mesa aceite a justificação da falta.

4.4 - O Senhor Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, sendo substituído pela eleita Ilda Garrett nos dias 27 e 30 de abril; e da Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula Coelho, sendo substituída por Patrícia Gancho Brito nos dias 26 e 27 de abril.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

4.5- O Senhor Presidente informou ainda que foi comunicada a ausência do Senhor Vereador Nuno Matias, substituído pela candidata não eleita da respetiva lista, Lina Gonzalez; e a Senhora Vereadora Joana Mortágua substituída pelo candidato Luís Filipe Pereira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Intervieram os Senhores Múncipes António Manuel Valadas Palma, Carla Ruço Mendes e Maria do Rosário Rodrigues.

5.1.1 – O Senhor Múncipe António Manuel Valadas Palma:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria saudar no espírito do 25 de Abril, todos os Eleitos presentes, e queria tecer aqui duas ou três considerações, que vêm a propósito da data em que vivemos.

Provavelmente não concordarão comigo, mas eu creio que Portugal sofre de uma escassez de conteúdos da nossa democracia. Creio que a nossa democracia está quase cingida ao ato de votar. Penso que, passados quarenta e quatro anos, é muito mau que assim seja. Eu também sou daqueles, provavelmente os Senhores Deputados Municipais também não concordarão, que acho que a cara da democracia se vê na maneira como tratamos o espaço público. O espaço público é então na minha opinião, o sinal da forma como democraticamente o vivenciamos. Quero eu dizer com isso, que já era tempo de os cidadãos participarem na construção do espaço público, que, quotidianamente, inscrevem as suas práticas. Isto vem a propósito do agora, em Almada, provavelmente, vive-se tempos entusiasmantes, porque parece que finalmente vai ser construído ali o projeto da Margueira. Ora bem, choca-me francamente, não ser uma questão central na vida democrática da nossa comunidade. A discussão política do espaço que ali queremos e daquilo que depois, naturalmente com as soluções técnicas que os técnicos apresentarão, se fizesse. Eu sei dir-me-ão, há um instrumento em Portugal, que se chama consulta pública, e que aqui para o caso também já foi posto em prática. Mas eu diria que é um instrumento perfeito do Portugal que faz de conta. Como sabem em quase todas as Câmaras, o número de pessoas é diminuto e não tem qualquer influência depois naquilo que se vem construir. E não é de agora, é já de há muitos anos.

Portanto, eu creio que era tempo, desta Assembleia reunir expressamente para isso, era tempo de falar nisso, de mobilizar os cidadãos, de vários círculos de competências para discutir isso, porque é um espaço e aí talvez concordem comigo, que sendo um espaço de grande simbolismo, é um espaço de uma localização privilegiada. E então, terá que ser de grande qualidade o espaço público ali, até a própria arquitetura. E dentro desse espaço público, eu penso que devemos reivindicar enquanto cidadãos que moram neste Concelho, um grande complexo cultural ali. Um grande complexo cultural,



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que passará por galerias, por museus, oficinas, etc. Mas, eu queria lançar-vos um repto, ali o equipamento de topo seria, um teatro de ópera. Certamente aí se calhar vocês também me acompanham. Se Joaquim Benite não tivesse pensado grande, vocês acreditam que tínhamos o Festival de Teatro que temos em Almada? Não acreditem. Não acreditem porque não o teríamos. Provavelmente se calhar nem o próprio Teatro, antigamente azul e agora Joaquim Benite, se calhar existiria. E a Companhia como é que ela seria, em que termos é que ela se movia? Pois bem, falando do futuro, e pensando que Almada precisa de uma estratégia forte de desenvolvimento turístico, tem que ser diferenciando-se, nos produtos e nas atividades que fornece. Por isso, Almada, para ter um futuro grande no turismo, precisa de equipamentos diferenciadores. E este penso eu, poderá ser um. É o repto que vos deixo”.

5.1.1.2 – A Senhora Múncipe Carla Ruço Mendes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui porque preciso de ajuda. Há um ano que ando a pedir ajuda à Câmara, e agora há coisa de quatro meses, aconteceu aquilo que eu já previa, que era uma ordem de despejo, e estou há quatro meses numa tenda, eu e o meu marido a dormir no Bairro Rosa. Eu vou contar mais ou menos a minha história para perceberem.

O meu pai há 24 ano quando casou com a minha mãe, eram novinhos, o proprietário da casa onde morava entregou a chave ao meu pai para o meu pai residir na casa, só que, entretanto, o Senhor foi para fora e não deu explicação ao meu pai, e o meu pai ficou sem saber. O meu pai pagava a renda a esse Senhor, só quando o meu pai veio a saber a renda já estava alta porque ele não disse nada ao meu pai, ele foi par fora e o meu pai ficou sem saber que que o Senhor não pagava ao IHRU. Quando o meu pai foi para legalizar, o IHRU não aceitou, dizia que era uma renda grande. O meu pai foi para fora mais a minha mãe, deixou-me cá com treze anos, foi pagar 10.000.00 (dez mil) euros a uma advogada, não só à advogada, mas custas de tribunal, muita coisa. Pagou 10.000.00 (dez mil) euros, só que não quiseram aceitar também, não havia possibilidade de continuar a ter advogada, deixamos, por isso veio a ordem de despejo e viemos para a rua. Portanto, encontro-me eu, o meu marido e três crianças, elas estão o dia todo comigo, à noite elas vão para outras casas. Tenho duas meninas separadas e um menino noutra lado. O menino mamava, eu tive que tirar mama, porque não tinha jeito, eu não podia estar dentro da casa das pessoas a dar mama. Não temos condições nenhuma, andamos a fugir dos seguranças da estação porque quando vamos tomar banho é com baldinho e a fugir deles porque já não deixam. Uma vez ou outra ainda passa, mas não deixam. Durante a noite temos medo, uma pessoa entrou-nos para dentro da barraca, veio a polícia, porque andavam no Bairro Branco atrás dele, São estes sustos que nós apanhamos. Já se rasgaram dois toldos, tivemos que pagar um toldo. Muita coisa acontece ali, eu



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

TK

preciso de ajuda. Eu tenho um menino pequenino de um ano já la caiu e bateu com a cara também. Somos ciganos, mas não somos ciganos porcos, não somos ciganos mal-educados, somos ciganos com muita educação tanto eu como o meu marido. Não fumamos, não temos vícios de nada, temos sim três filhos que andamos a trabalhar para eles. Infelizmente ainda há muito racismo em Portugal, porque até em questão de alugar uma casa não querem, porque têm o racismo de dizer que somos ciganos, que vamos partir, não podemos pagar todos pelo mesmo, mas infelizmente ainda pagamos todos pelo mesmo.

É esta a situação, estou há quatro meses numa barraca com os meus filhos. Só de noite é que eles têm onde dormir, o resto do dia passam ali comigo. Cozinho num fogareiro, não há condições de viver ali. Eu peço por favor a quem me puder ajudar, porque já me foi informado, que os papeis passaram para a mão do Vereador, só que eu não sei quem é. Mas peço por favor que me possam ajudar. Já estamos há quatro meses ali, não peço por mim, peço pelos meus filhos, porque estão separados, eles nunca foram separados, dois estão numa casa e um noutra. O meu mais pequenino chora muito quando o deixo à noite”.

5.1.1.3 – A Senhora Múncipe Maria do Rosário Rodrigues:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui, é de algum tempo a esta parte, um quebra cabeça. Ou seja, eu tenho um estabelecimento na rua Galileu Saúde Correia, um restaurante, tenho um carro particular, já tinha quando fui para lá, e faço as minhas compras com esse dito carro particular. Acontece que quando não há lugar em frente ao restaurante eu tenho que o pôr na faixa de rodagem. Ou seja, metade dentro e metade fora, em segunda fila. No dia sete de fevereiro, fui multada pela ECALMA, já paguei multas sem fim. Fui multada pela ECALMA, confrontei as senhoras que me multaram, as agentes, disse que estava a descarregar, tinha a fatura que tenho aqui que se pode ver, que não eram poucas coisas, e perguntei à senhora agente como não tinha lugar, onde é que eu ia pôr o carro para descarregar para o café em frente. E a resposta da senhora agente foi: “a senhora é que sabe”. Eu estou farta de pagar multas. Ali não há lugar de cargas e descargas, mesmo que houvesse o meu carro é particular, por outro lado, aquela rua não tem parquímetros, não tem zona de residentes, eu pergunto: quem vai resolver o problema dos pequenos comerciantes? Almada está a morrer no pequeno comércio, mas é o pequeno comércio que contribui também para o grande. Porque uma cidade não vive só do grande comércio, vive do pequeno também. Eu pago os meus impostos, tenho tudo em dia, e acho que é um assunto que deviam ter em conta e fazerem alguma coisa, porque pagar multas constantemente, eis a questão”.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2 – Para responderem aos Senhores Múncipes usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Carlos Guedes (BE).

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar responder brevemente a estas três intervenções.

Começo pelo Senhor António Valadas Palma. Deixe-me dizer, que se calhar não discordo tanto quanto o Senhor pensa das suas afirmações, embora discorde nalgumas coisas. Não, não acho que a democracia em Portugal se cinja só às eleições, acho que é importante lançar novos desafios, cada vez maiores desafios e mecanismos e instrumentos de maior participação dos cidadãos, nomeadamente na vida nacional, mas também na vida dos seus territórios. Há certas medidas que nós estamos justamente a trabalhar e a reforçar, uma delas é obviamente a questão do orçamento participativo, para terem também uma palavra a dizer sobre obras concretas. Eu não minimizava a questão das consultas públicas que são muitíssimo importantes, foi também por isso que mal chegamos, e havendo um Plano de Pormenor do Ginjal, quisemos de imediato organizar uma exposição com esse Plano de Pormenor do Ginjal, lembrar às pessoas que a consulta pública estava no fim, que a exposição da maquete permite que as pessoas percebessem melhor o que é que era o projeto para poderem pronunciar-se, estamos neste momento a finalizar o relatório que segue a consulta pública, e todos os mecanismos que possam existir para uma maior participação dos cidadãos na vida quotidiana, parecem-me muito salutares. Mas, eu também sou uma grande defensora da democracia representativa, portanto, acho que esses mecanismos são muito importantes, acho que não se deve substituir isso, por uma espécie de democracia direta, às vezes penso que há pessoas que têm tendência a confundir as duas coisas. Para além do mais, há de facto um espaço público com o digital que foi criado, e cada vez mais a participação dos cidadãos nesse espaço é importante, e para nós decisores, também são instrumentos muito importantes para poder ouvir e ler o que os cidadãos têm a dizer. E também queremos reforçar ao nível dos nossos suportes digitais, espaços de participação dos cidadãos.

Não posso estar mais de acordo que a qualidade da democracia se mede por duas coisas. Uma pela legislação laboral, assim se mede na realidade uma democracia sólida, mas também o rosto de uma democracia saudável, eu acho que é sem dúvida nenhuma, o seu espaço público e o cuidado que damos ao espaço público. E é verdade que um espaço público abandonado, maltratado, pouco cuidado, diz muito sobre a forma como olhamos para a causa pública. O espaço público e a causa pública, vão em conjunto.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

71

Relativamente à Margueira. Como sabem é um processo muito longo, que já dura há muitos anos, é com grande satisfação que vimos que, graças ao esforço do Governo, um dos maiores problemas, que era a titularidade dos terrenos, está por fim resolvida, e está neste momento a começar a ser trabalhado o caderno de encargos para o concurso público para o projeto real daquele espaço. No Plano que já existe e ainda há muita margem para se alterar, porque 60% do território previsto ainda não tem uso definido, ainda é possível fazer outras coisas. Está previsto um espaço cultural no Plano de Almada Nascente, que era um museu. Esse espaço estava previsto, vamos ver se sempre vai existir esse museu ou não. Permita-me, entretanto, que lhe diga independentemente da questão da Margueira, é sempre obviamente com grande satisfação, que eu ouço um munícipe pedir-me uma ópera, acho que é bom sinal da democracia em Almada, quando as pessoas pedem óperas, acho que é uma coisa muito salutar. Mas, permita-me, entretanto, independentemente do Projeto da Margueira, lembrar um facto muito importante. Almada tem um movimento associativo muito forte, tem instituições muito fortes que têm equipamentos preciosos. Têm algumas das salas mais extraordinárias do Concelho, e falo neste caso de duas grandes centenárias, tem a Incrível Almadense e tem a Academia. A sala da Academia é uma sala que pode ser uma referência para toda a Área Metropolitana de Lisboa. É uma sala extraordinária que precisa urgentemente de obras de reabilitação. E é nesse sentido que nós vamos criar aqui um centro de custo um BPI específico, onde queremos começar a ter uma verba prevista para a reabilitação de salas históricas. Este espaço não é da Câmara, não estamos a confundir isso. Mas que, por exemplo, uma sala como a sala da Academia reabilitada, teria todas as condições para ser uma grande sala de ópera. Até foço de orquestra tem. Depois, as óperas também podem e devem vir para a rua nalguns casos e também só lhes fica bem. Mas o que lhe quero dizer com isto, é que às vezes nós nos focalizamos muito, sobretudo ao nível das salas de espetáculo, damos muito valor à criação de novas salas e descuidamos um bocadinho o património que já temos. Eu estou certa que estas grandes instituições, por exemplo, estas duas grandes instituições, obviamente em termos a acordar de ambas as partes, estarão disponíveis, aliás é essa a sua matriz, e pelo que eu já pude conversar com a direção, eu estou a dar estes dois exemplos, mas pode haver mais, com a direção destas duas grandes instituições centenárias, estarão disponíveis para as salas estarem ao serviço da comunidade. É essa a matriz também do movimento associativo.

Portanto, eu acho que ainda vamos ter muitas ocasiões para falar da Margueira, e para debater a margueira, e poder ver os projetos da Margueira que ainda não estão feitos, não há projeto arquitetónico ainda definido, e só posso acompanhá-lo na esperança que seja uma arquitetura de muito boa qualidade e isso eu acho que temos todas as condições para ter uma grande referência, mas para já vamos pensar naquilo que já temos e vamos pensar de que forma é que podemos reabilitar, apoiar quem tem espaços tão importantes e fazer deles de facto espaços abertos a toda a comunidade.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente à Senhora Dona Carla Ruço Mendes.

Eu sei que tudo o que eu possa dizer, relativamente à sua situação é pouco. E sei que vivem momentos muito difíceis, não estou a falar do seu caso em particular, que não conhecia, mas de facto temos grandes, grandes dramas ao nível da habitação em Almada. Graves, mesmo. E, portanto, não vale a pena eu estar aqui a rodear a questão. A questão da habitação em Almada, é um assunto grave. E até agora, nunca houve uma política de habitação consertada, pensada, uma estratégia a médio e longo prazo. Nós somos um Concelho que deve (e não estou aqui a fazer luta política), nenhum de nós se pode orgulhar da situação em que vivem muitas das pessoas em Almada. Somos dos Concelhos com mais pessoas a viverem em barracas, quando a maioria dos Municípios Portugueses, já não tem barracas. E quando houve grandes programas de erradicação de barracas, foi o PER, Almada só o cumpriu a 60%. Portanto, foi o que foi, não interessa voltar atrás, e não vale a pena estar a fazer disto uma luta política, que não deve ser. Todos devemos estar empenhados para resolver este imenso problema da habitação. Tenho aqui comigo a Senhora Vereadora, nós estamos a recolher ao máximo, temos estado num grande esforço para poder criar soluções de habitação, temos uma imensa escassez de habitações neste momento, não temos, a Câmara neste momento não tem um stock desejável, estamos muito limitados em situações de urgência, eu adorava poder dizer-lhe, vou-lhe resolver o problema já, não posso dizer-lhe isso, posso dizer-lhe, que não vos esquecemos, tentaremos ser o mais eficazes possível, o mais rápidos possível, juntar os maiores meios possíveis, estamos em colaboração com o Governo também nos novos plano de financiamento que há, porque a Câmara sozinha não consegue resolver este problema, estamos em conversações com IHRU. Sobre o seu caso particular, se eu percebi, houve uma ordem de despejo por parte do IHRU, portanto, podemos tentar saber o que é que se passou, não lhe estou infelizmente, a fazer nenhuma promessa, gostava de poder, sei que tem crianças pequenas, cruzamo-nos à entrada, há também uma questão de urgência, esse caso tem que ser avaliado. Neste momento não lhe posso dizer mais. Olhe, em nome de todos nós, olhe desculpe, não lhe posso dizer mais.

A Senhora Dona Maria do Rosário Correia. Quero só dizer que temos estado em reuniões, estamos a finalizar o novo regulamento de estacionamento para toda a Almada, onde justamente vamos alargar muitas zonas de residentes, e prever zonas para comerciantes. Mas, minha Senhora, é evidente que eu percebo que há um problema do estacionamento em Almada. Para já não vou interferir na questão da ECALMA, mas quando alguém comete uma infração que tem a ver com a Lei Geral Rodoviária, eu sei que todos nós temos ótimas razões, mas se a Senhora está mal parada e se um agente a vem autuar, eu não vou desautorizar esse agente. Portanto, vamos tentar resolver o problema o mais rapidamente possível, com este novo regulamento, criando zonas mais abrangentes, sendo mais amigável, mais



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

12

próximo dos munícipes, mas uma coisa eu nunca vou dizer, não vou dizer: “não respeitem o código da estrada, não respeitem as indicações”, isso eu não vou dizer, lamento, percebo a dificuldade, mas lamento isso não dizer, para não se respeitar aquilo que são as regras comuns”.

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou prestar nenhum esclarecimento, eu vou falar apenas do caso da munícipe Carla Ruço Mendes. Salvo erro, é a terceira vez que ouvimos esta munícipe, vir a esta Assembleia, falar sobre esta situação. E eu espero sinceramente, que seja a última vez, porque se há situação de urgência, é esta Senhora Presidente, é uma família estar a viver na rua, separada dos seus filhos, isto é uma situação de urgência. E nós aprovamos nesta Assembleia um Plano Social de Emergência, para acorrer a estas situações. Portanto, eu espero sinceramente, que seja a última vez que nós vemos a Dona Carla Ruço Mendes, vir aqui apresentar-nos esta situação. É natural que em Almada temos, e sabemos todos e todas, que temos um problema de habitação. Não podemos é juntar e somar problemas aos problemas. Esta cidadã está neste momento a viver na rua e separada dos seus filhos, vamos parar, ouvi-la e ajudá-la. Eu acompanhei muito recentemente, um caso de um cidadão que tentou recorrer ao Plano Social de Emergência. A burocracia é medonha, é assustador. As pessoas perdem-se nos meandros da burocracia para chegarem a um porto seguro e de chegarem a uma solução para o seu problema. Portanto, vamos parar e vamos ajudar esta cidadã, de uma vez por todas”.

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Carlos Guedes, eu não posso estar mais de acordo consigo. Parar, e a questão da burocracia, também eu sei que é infernal. Mas também, o Senhor Deputado seria o primeiro a vir, e bem, a contestar, se nós não cumpríssemos um mínimo de regras. E, portanto, é essa a dificuldade da ação política e o Senhor Deputado sabe bem. Portanto, não se trata aqui de não ouvir as pessoas, e como eu disse aqui muito claramente, sim, estamos a ouvir as pessoas. Agora, nenhum autarca, nem nenhum Vereador, nem nenhum responsável pode ao mesmo tempo, e se me permite, não seria sequer correto da minha parte, estar a dizer a esta Senhora como às outras, muitas, eu volto a dizer, eu dei esse número ontem. O último levantamento feito e não foi feito por nós, foi feito no anterior executivo, detetava, e foi esse que foi comunicado ao IHRU, detetava 2600 (duas mil e seiscentas) famílias a precisar de realojamento urgente. E, portanto, nós não estamos a parar, ao contrário do que o Senhor Deputado nos está a propor, ao contrário, não estamos a parar e estamos a fazer tudo para o mais rapidamente possível, termos. Há situações de urgência? Há. Essas situações de urgência estão a ser



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadas? Sim. Há sempre uma certa burocracia? Há. Se me diz que é preciso rever a forma, o regulamento e as regras com que as pessoas acedem ao fundo de emergência, eu até posso aceitar isso, mas também sabe que também isso demora o seu tempo. E, portanto, lamento, sermos algo finitos nas nossas capacidades, de tudo alterar, ou de alterar muita coisa em seis meses”.

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia, em continuação da reunião ocorrida no dia anterior, 26 de abril de 2018.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.7 – 3.7.1, 3.7.2, 3.7.3 da agenda.

O Senhor Presidente informou a Assembleia que foi consensualizado na conferência de representantes que a discussão dos documentos se faria em conjunto, embora, na votação, se votassem separadamente os documentos em apreciação.

6.1.1 – Foi feita a apresentação da proposta do Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2017, assim como do Relatório e Conta de Gerência da ECALMA, relativo ao exercício de 2017 pela Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Têm em vosso poder o Relatório e Contas de Gerência do Município de Almada, que inclui de facto a ECALMA, e inclui também as Agências Municipais, como a ARRIBATEJO, a NOVALMADAVELHA e a AGENEAL.

Eu não vou entrar no detalhe das atividades, como sabem é muito vasto, sobretudo porque este Relatório e Contas e Gerência do Município de Almada, incide sobre o ano de 2017, e até por uma questão, importa assinalar que a atividade reportada, foi predominantemente definida, pelo anterior executivo, a proporção é dez meses do anterior executivo, e dois meses nossos. Portanto, não me parece sequer, que seria democraticamente conveniente estar aqui a detalhar ou a falar destas atividades como se fosse obra nossa, é algo que não farei.

De qualquer maneira, por esse motivo e sobretudo como disse, por respeito pelo exercício do anterior executivo, tentou manter-se tanto quanto possível o relato dos serviços, respeitando o período anterior a vinte e oito de outubro de 2017 da forma mais factual possível. Vinte e oito de outubro, como sabem, foi a data da tomada de posse deste executivo.

Quanto às atividades devo ainda assim destacar a sua extraordinária abrangência e que reflete a enorme esfera de atribuição dos Municípios, até agora, e também muito particularmente em Almada, que é um dos municípios mais populosos do país, e é central e que tem sobretudo uma realidade



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

geográfica e social imensa. É simultaneamente, isto já o disse várias vezes, é simultaneamente muito urbano, tem zonas muito rurais, é ribeirinho, é marítimo, tem 50% do seu território que são reservas ecológicas, que são REN ou RAN, reservas agrícolas. E, por isso, é um território que necessita de ter órgãos autárquicos que sejam muito polivalentes. As matérias são de facto tão diversas que precisamos de ter um corpo técnico no Município que saiba responder a todos esses desafios.

Isto resulta que Almada tem este grande desafio de poder ter equipas que respondem, não só naquilo que é a gestão normal e quotidiana, quase, do Município, mas também equipas capazes de prever e de criar estratégias futuras.

Ora, caso isso não aconteça, os serviços são insuficientes para satisfazer as populações, que são elas também cada vez mais exigentes, e para cumprir plenamente com as muitas obrigações colocadas às Autarquias Locais. E provavelmente obrigações essas, que, ainda por cima, vão aumentar com o processo da descentralização.

Ora sucede que o município de Almada apresenta limitações substanciais no que concerne ao importante conjunto de meios e instrumentos, de que deveria dispor, por forma a garantir um funcionamento otimizado e eficaz. A avaliação que nos foi possível efetuar a esse respeito nestes meses aponta rapidamente para lacunas em três áreas essenciais: pessoas, infraestruturas e competências.

Em primeiro lugar, as pessoas. A insuficiência expressa pelos próprios serviços e dirigentes, aponta para uma eventual e aparente falta de recursos humanos em determinadas carreiras, tanto no plano operacional como técnico. Este facto deve ser avaliado perante um continuado crescimento do pessoal municipal e dos encargos com recursos humanos.

Eu lamento estar aqui mais uma vez a contradizer, mas não. Não é verdade que Almada não tenha podido contratar. Almada nos últimos anos contratou, e contratou bastante como se vê.

Em 2017, tal como consta no relatório de execução financeira, a despesa com pessoal traduz um aumento de 6% relativamente ao ano anterior, tendo o pessoal ao serviço aumentado nos últimos dois anos em 3%.

Este movimento crescente foi constante no último mandato, tendo entre 2013 e 2017, verificado um aumento de cerca de 14% de postos de trabalho preenchidos. Isto é uma boa notícia, não estamos aqui a fazer qualquer tipo de crítica.

Mas, por assim ser, a falta de recursos adequados, e se os serviços continuam a dizer que lhes faltam recursos e nós podemos constatar, que lhes faltam recursos, a falta de recursos adequados deve ser abordada na ótica da organização dos serviços, da análise das necessidades do Município, da observação da situação específica dos trabalhadores, e da avaliação das causas para uma eventual saída



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de recursos especializados em anos transatos. Tanto mais que o recurso a serviços externos e *outsourcing* também aumentou significativamente.

E este é que é o nosso maior desafio. De facto, houve aumento do pessoal na Câmara, e houve este tal aumento de 14% de postos de trabalho preenchidos. Mas, muitas vezes, e isto também é transmitido, esses postos de trabalho, não vieram preencher necessidades prementes e não responderam a uma estratégia previamente definida, relativamente às necessidades do Município.

Tem como consequência que, não só temos as despesas com os Recursos Humanos, muito altas em termos de pessoal, e depois, entretanto também houve, isso também é um facto, e bem, reposição de direitos, isso também justifica, mas não justifica tudo, mas continuamos a ter e isso é que é uma situação incompreensível, o recurso ao *outsourcing*, esses serviços externos muito elevados também.

Em termos de gestão há duas hipóteses, ou se aposta nos recursos internos e então recorreremos menos ao *outsourcing* e, portanto, justificaria este aumento de pessoal interno para fazer as tarefas, ou então, há quem faça a opção de gestão contrária, que é ter menos recursos internos, e ter mais contratos de *outsourcing*. A nossa posição foi sempre muito clara, nós preferimos apostar nos nossos recursos internos. Agora, a verdade é esta, é que os nossos recursos internos tal como estão hoje, não conseguem cumprir as necessidades, e, portanto, temos imensos contratos de *outsourcing* que queremos justamente diminuir, para favorecer mais uma vez aquilo que são os recursos internos.

Quanto ao seguinte âmbito em crise, que são as infraestruturas, eu quero destacar tanto as instalações municipais, o edificado, que está em muito mau estado, como as plataformas tecnológicas informáticas. A respeito das primeiras cumpre sublinhar a grande dispersão geográfica dos serviços municipais, causa de relevantes custos organizativos e funcionais, e o deficiente estado em que alguns daqueles espaços se encontram. De facto, os serviços da Câmara estão muito atomizados, alguns serviços trabalham em espaços que não têm condições para se trabalhar, estão em avançado estado de degradação, alguns já foram aqui mencionados e nós já estamos a tentar resolver alguns deles. Mas aqui também é necessário no futuro, ter um verdadeiro projeto e uma estratégia para poder concentrar serviços, para poder ter uma economia de escala, para poder ter menos gastos, os serviços da Câmara estão espalhados entre instalações que são da Câmara, mas também estão em sítios alugados. Portanto, a Câmara também aluga espaços para pôr lá serviços, e houve também opções que a nós nos parecem estranhas, que são avultados investimentos em espaços alugados. Portanto, aí também temos uma clara divergência e até alguma incompreensão sobre essa questão.

Uma e outra são questões que devem ser abordadas imediatamente a bem de uma maior eficácia do Município e da garantia de adequadas condições de trabalho para todos os trabalhadores.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

Quanto à infraestrutura informática, bastará observar a multiplicidade e atomização das inúmeras plataformas em utilização pelos serviços municipais, (eu tinha dito no outro dia que eram cinquenta e duas, hoje corrigiram, são oitenta plataformas informáticas, não há nenhum serviço que possa funcionar convenientemente com oitenta plataformas informáticas), associada a uma estagnação significativa dos instrumentos disponíveis online para efeitos da relação com os cidadãos.

Finalmente quanto às competências, quero destacar a preocupante ausência de autossuficiência do Município de Almada, num conjunto muito alargado de áreas nas quais deveria ser capaz de funcionar com maior autonomia (são os tais outsourcings de que já falei), desde a informática ao urbanismo, à higiene urbana, obrigando ao recurso sistemático e muito oneroso a serviços externos e outsourcing que podendo ser úteis, não podem ser predominantes.

Em todo caso, cumpre agora a este executivo proceder à análise e utilização dos muitos instrumentos produzidos e mencionados pelos serviços, e a avaliação do impacto das atividades realizadas no período em causa, tendo em vista a correção destas situações.

Já no que concerne às contas, por serem certas e objetivas, podemos formular uma leitura mais concreta dos resultados obtidos.

Como tal, e por se tratar do indicador mais relevante do exercício, quero notar que em 2017, o Município de Almada, apresentou um saldo de execução negativo de mais de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros). Quer isto dizer muito simplesmente, que em relação às nossas receitas, as despesas foram superiores em 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) E se a Câmara, no seu total, não tem um resultado negativo, é porque foi buscar ao saldo de gerência para colmatar o que gastou a mais em função das receitas que tinha. É tão simples quanto isto.

Consequentemente, o saldo de gerência acumulado reduz-se; em 2015 era de 35,5 milhões de euros, em 2016, o saldo era de 27,6 milhões de euros, e agora em 2017, é de 22,2 milhões de euros. Em dois anos consumiram-se 13.000.000.00€ (13 milhões de euros) do saldo de gerência. E esta curva descendente deve ser travada, sob pena de ingresso em situações futuras, de grave desequilíbrio financeiro.

É bom lembrar que o saldo de gerência, para além de um instrumento de gestão e de compensação de exercícios negativos, deve operar também como uma reserva estratégica facilitadora da gestão e da situação de tesouraria, que possa acorrer a situações imprevistas resultando de processos judiciais, ou de emergências naturais e sociais, que devam ser respondidas imediatamente.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas também serve de reserva, por exemplo, para investimentos a vários anos, plurianuais, que mesmo que depois as receitas futuras venham a cobrir, quando nós lançamos um projeto e temos que o cabimentar, temos que ter este saldo, temos que ter esta folga para o poder fazer.

Mais importa notar que este desequilíbrio coincide (e isto é um fator importante), com o aumento das despesas correntes nos últimos anos, (não apenas em 2017), em especial nos encargos com recursos humanos e na aquisição de bens e serviços.

De registar, também, que esta evolução sucede num quadro crescente da receita de cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros). E é aqui também o nosso desafio. Porque mesmo que tenhamos gasto mais 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) do que aquilo que foram as receitas, o certo é que as receitas cresceram 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) acima do que estava previsto. Portanto, na verdade, se não fossem esses 6.000.000.00€ (seis milhões de euros), podíamos estar com menos 11.000.000.00€ (onze milhões de euros), e não 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros). Em cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) acima da receita prevista, não considerando o saldo de gerência, como é obvio, o que equivale a um aumento de 7,5%. Porém, a despesa também aumentou, tendo-se verificado um aumento na despesa executada em cerca de 4% relativamente a 2016.

Em rigor, entre 2014 e 2017, registam-se aumentos em todas as rubricas de despesa; na despesa com pessoal de 4,5 milhões de euros, na aquisição de bens e serviços em 4,4 milhões de euros, nas transferências e subsídios em 2,4 milhões de euros, no investimento em 7,8 milhões de euros, nos encargos financeiros em 270 mil euros, e na rubrica outros, regista-se um aumento de 450 mil euros.

No investimento, importa notar que foi sobretudo feito ao nível da aquisição de vários imóveis, que por sua vez necessitam urgentemente de serem reabilitados, o que representa também um elevado valor de encargos futuros para o Município, porque hoje em dia aqueles imóveis são municipais. A título de exemplo, a Ex sede da EDP, que é um imóvel no centro da Cidade, que foi adquirido, mas que tem que ser reabilitado, não pode ficar no estado em que está, e se ficar ao abandono cada dia que passa pior, agrava a sua situação.

Verifica-se também de 2017 para 2018 um aumento dos compromissos transitados e um aumento dos compromissos assumidos para anos futuros, o que mais faz urgir uma proteção do equilíbrio financeiro municipal, e a proteção do saldo de gerência.

Quero só deixar claro que, ao nível dos compromissos futuros transitados, e isto já foi aprovado numa reunião anterior na Câmara, para o ano de 2018 temos em compromisso 19,6 milhões de euros, para 2019 temos 7 milhões de euros, para 2020 temos 5,6 milhões de euros e nos anos seguintes, ainda assim nos anos seguintes, temos compromissos plurianuais na ordem dos 23 milhões de euros.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9/1

Senhores/as Deputados/as, é evidente que nós estamos aqui disponíveis para esclarecimentos, estamos a fazer o relatório de uma gestão que não é nossa, por isso não vamos comentar as opções de gestão que foram tomadas, tentamos dar aqui um quadro global da situação. Já sei vão-me dizer: “não, a Câmara de Almada não está à beira da banca rota”. Não, a Câmara de Almada ainda tem um saldo de 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros). Eu quero lembrar que 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros) para um Município como o de Almada, não é assim tão folgado como se pensa, não é. Sobretudo, quando se tem em conta os compromissos futuros. A Câmara de Almada, graças a este saldo, pode ter contas equilibradas? Pode. Resta saber por quanto tempo. Como devem imaginar, se não invertermos esta tendência, e se não voltarmos um bocadinho às práticas de 2012, 2013, práticas de algum rigor e contenção, se continuarmos em dois anos a ir comer 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) ao saldo de gerência de cada vez, no final do mandato e certo que não restará grande coisa, e é algo que eu não quererei assumir de certeza”.

6.1.2- A apresentação da proposta do Relatório e Conta de Gerência dos SMAS, referente ao exercício de 2017 foi feita pelo Senhor Vereador Miguel Salvado.

O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal como a Senhora Presidente disse na sua intervenção anterior, nós também a nível dos SMAS, apenas temos dois meses de mandato e de responsabilidade sobre a prestação de contas de 2017, no entanto gostaria de ler aqui algumas considerações sobre o documento que foi entregue, que está para vossa análise, também procurar não me alongar muito, mas fazer aqui algum resumo da mesma prestação de contas.

Os serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Almada, é um serviço público de excelência, completaram sessenta e sete anos de gestão municipalizada no ano de 2017, contando neste momento com quatrocentos e setenta e três trabalhadores.

Entidade gestora do ciclo urbano da água, desde a captação, reserva, distribuição de água até à drenagem e ao tratamento das águas residuais, bem como a gestão de todas as infraestruturas das águas pluviais, os SMAS de Almada prosseguiram e concluíram no ano de 2017 diversas ações e projetos, tendo sempre presentes três princípios que a atual administração pretende preservar e reforçar:

1. Garantia da satisfação das necessidades dos nossos utentes;
2. Sustentabilidade da nossa organização;
3. Sustentabilidade Ambiental.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por forma a poder manter reconhecida a qualidade dos serviços prestados, os SMAS de Almada têm feito importantes investimentos no Sistema de Gestão Integrado (SGI), tendo a Associação Portuguesa de Certificação (APCER) prestado o devido reconhecimento, através das seis certificações atualmente em vigor.

Os SMAS de Almada estiveram presentes ao longo de todo o ano, em várias iniciativas, onde destacamos o Colóquio da Qualidade da Associação Portuguesa da Qualidade em Lisboa; Encontro Nacional para as Entidades Gestoras (ENEG) em Évora, tendo conquistado o 1º lugar no Pipe Contest Portugal 2017 - Campeonato Nacional de Montagem de Ramais em Carga, repetindo o resultado do ano anterior.

Relativamente ao controlo da água para consumo humano, os SMAS de Almada atingiram um nível de conformidade de 99,81%, muito dentro do objetivo estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Ao nível da satisfação dos consumidores, atingiu o 1º lugar no índice da ECSI em Serviços Municipalizados.

Os SMAS de Almada estiveram presentes em diversos eventos, onde destacamos o "Festival Sol da Caparica" e o "Caparica Surf Fest", onde para além da divulgação do circuito urbano da água e da campanha BAT - Beba Água da Torneira, asseguraram o fornecimento de água aos eventos.

Foram realizadas importantes obras nos sistemas de abastecimento e de saneamento do Concelho: novas captações; renovação de diversas redes de abastecimento; alterações às redes de distribuição; renovação de condutas adutoras; valorização em compostagem de mais de 14 mil toneladas de lamas produzidas nas nossas ETAR.

No ano de 2017, beneficiaram do tarifário social 1534 (mil quinhentas e trinta e quatro) famílias, por via da isenção do pagamento de tarifa fixa e dos primeiros 5m³ consumidos de água em cada mês, mediante pedido, conforme disposto em regulamento municipal. Sobre este assunto, queremos acreditar que nos próximos meses, seja possível alargar o espetro da tarifa social a milhares de famílias em situação de carência económica comprovada.

Apesar de 4413 (quatro mil quatrocentos e treze) utentes terem solicitado, ao longo de todo o ano, planos de pagamentos para regularização dos valores em dívida, este valor foi manifestamente insuficiente. Em março deste ano, cerca de 20 000 (vinte mil) clientes tinham valores vencidos. Os montantes da rubrica "dívidas de clientes - cobrança duvidosa", levaram à constituição obrigatoriamente, de uma provisão num valor superior a 2,1 milhões de euros, valor este próximo de 10% da faturação anual.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

1/d

No que respeita aos principais indicadores financeiros, destacamos os seguintes:

a execução orçamental das receitas e despesas correntes do ano foi positiva, com um saldo próximo de 2,8 milhões de euros, que foi aplicado no pagamento de despesas de investimento;

ao nível das disponibilidades - caixa e bancos - verificou-se um acréscimo de 128.726,51 (cento e vinte e oito mil, setecentos e vinte seis euros e cinquenta e um cêntimos);

o investimento verificado em 2017 foi na ordem dos 4,5M€, valor esse insuficiente face ao desgaste crescente da infraestrutura, que em alguns casos já se encontra em estado de envelhecimento, com riscos de sinistralidade crescentes;

o montante das amortizações durante o exercício foi superior a 5M€. Importa ainda referir que, historicamente, os valores das amortizações têm sido sistematicamente subavaliados, situação referida sucessivamente na Certificação Legal de Contas do Município, a par dos clientes em situação de cobrança duvidosa;

os resultados operacionais antes de provisões foram francamente negativos, num valor próximo de 1,7M€;

o resultado líquido do exercício foram uns alarmantes 3,2M€ negativos, muito por culpa das provisões já mencionadas, e que acerca da constituição de provisões, há que referir que a solução adotada, é a que tem sido apontada como a mais correta sucessivamente e tecnicamente, e esta indicação tem sido feita sempre pelos nossos Revisores Oficiais de Contas, tal como os documentos que temos.

Naturalmente temos também aqui um aumento efetivo de custos, e que estão relacionados com a entrada em funcionamento da Quinta da Bomba, que era algo que nós já sabíamos que iria acontecer quando a obra comesse a estar concluída, e a ETAR em funcionamento na sua totalidade ou perto da sua totalidade, e também às despesas associadas aos processos de certificação.

Dos indicadores mencionados e apesar de, em termos de liquidez, os SMAS de Almada se encontrarem melhor, fechado 2017 e o ciclo de governação anterior, os SMAS de Almada encontram-se neste momento numa situação pior, do que estavam no final de 2016.

A atual administração encontra-se, no entanto, empenhada no sentido de desenvolver um trabalho de fundo, que começamos desde início, quando nos apercebemos de algumas situações que fomos encontrando, que é, no entanto, absolutamente fundamental, nomeadamente nas áreas da gestão de dívida de clientes, bem como da redução da despesa corrente, com particular incidência nas rubricas de fornecimento de serviços externos.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estão a ser desenvolvidos todos os esforços, por forma a podermos garantir o alargamento do acesso à tarifa social, a realização dos investimentos fundamentais e muito importantes de modernização da nossa infraestrutura e como naturalmente da própria sustentabilidade dos serviços.

E como tal, neste momento também estou disponível para qualquer esclarecimento, é apenas uma pequena sùmula e naturalmente de seguida, se for necessário, terei todo o gosto em esclarecer, até porque o documento que foi distribuído espelha exatamente isto que aqui foi dito, inclusive a introdução de todas as soluções que foram também propostas pelos nossos Revisores Oficiais de Contas”.

6.1.3 – Não se registaram pedidos de palavra para o debate.

6.1.4 – Verificou-se o quórum e passou-se à votação das propostas.

6.1.4.1- A proposta relativa ao Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2017 foi aprovada por maioria, com 36 votos favoráveis dos eleitos da CDU, do PS, do PSD e do BE, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes, eleitos pela CDU e pelo PS e uma abstenção, do eleito pelo CDS-PP, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, e nº 2 do artigo 27º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova aos Documentos de Prestação de Contas do Município, constituídos por:

- a) Relatório e Conta de Gerência referentes ao ano de 2017**
 - b) Anexos às Demonstrações Financeiras;**
 - c) Anexos contendo os documentos a seguir referidos, relativos às seguintes entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico:**
 - 1. Relatório Anual e Contas do ano de 2017 da AGENEAL – Agência Municipal e Energia de Almada;**
 - 2. Relatório Anual e Contas do ano de 2017 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local**
 - 3. Relatório Anual e Contas do ano de 2017 da NOVALAMDAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local,**
- nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2018.**



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7k

6.1.4.2- A proposta relativa ao Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2017 foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova os Documentos de Prestação de Contas dos SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, Relatório e Conta de Gerência referentes ao ano de 2017, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2018.

6.1.4.3- A proposta relativa ao Relatório e Conta de Gerência da ECALMA, referente ao exercício de 2017 foi aprovada por maioria, com 36 votos favoráveis dos eleitos da CDU, do PS, do PSD e do BE, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes, eleitos pela CDU e pelo PS e uma abstenção, do eleito pelo CDS-PP, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório e Conta de Gerência da ECALMA referentes ao ano de 2017, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2018.

6.1.5 – Usaram da palavra para produzirem declarações de voto os Senhores Deputados Municipais José Lourenço (CDU), Carlos Revés (CDU), Ivan Gonçalves (PS), Maria Luís Albuquerque (PSD) e António Pedro Maco (CDS-PP).

6.1.5.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois de nos últimos meses, alguns muito terem especulado em torno das Contas da CMA de 2017, finalmente elas foram divulgadas, apreciadas, debatidas, votadas e aprovadas por unanimidade na última reunião da Câmara Municipal.

Pela 1ª vez nas últimas décadas um relatório e contas da Câmara apesar de tudo o que disseram foi aprovado por unanimidade.

As razões invocadas pelas várias forças políticas para esta votação unânime não são naturalmente as mesmas, as outras forças políticas entendem que seria desejável obter estes mesmos bons resultados



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

económicos e financeiros prosseguindo políticas diferentes, a CDU orgulha-se das políticas prosseguidas e do contributo que a gestão CDU em Almada deu para o bem-estar das nossas populações.

O voto unânime das diferentes forças políticas às Contas de 2017, comprovam o equilíbrio e rigor da gestão CDU na Câmara Municipal de Almada.

De uma forma sintética podemos dizer que a Câmara Municipal terminou 2017:

Com resultados líquidos do exercício positivos, numa linguagem simples, com lucros de 1,2 milhões de euros;

Sem pagamentos em atraso e com um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 17 dias, quando a média nacional para os municípios é de cerca de 50 dias;

Com um limite máximo de endividamento do município de cerca de 150 milhões de euros, do qual apenas utilizou 28 milhões de euros e mesmo assim reduziu em 6% em relação ao ano anterior (- 1,5 milhões de euros);

Com uma melhoria em todos os seus indicadores financeiros. Espelhada numa evolução muito positiva do rácio de solvabilidade (relação entre capitais próprios e alheios), traduzindo uma ainda maior sustentabilidade financeira do Município e numa autonomia financeira de 80%;

Com um bom rácio de equilíbrio orçamental, medido pelo quociente entre as despesas correntes mais as amortizações médias sobre as receitas correntes de 88%;

Com um saldo orçamental acumulado de 24 milhões de euros incluindo operações de tesouraria;

Com recursos financeiros bastantes para fazer face aos compromissos assumidos para os próximos anos;

Com elevado grau de execução orçamental;

Com um quadro de pessoal afeto aos diferentes serviços municipais que apesar dos enormes constrangimentos a que foi submetido, foi aumentado;

Com recursos financeiros disponíveis para corresponder às necessidades de reposição de rendimento dos trabalhadores;

Com um nível de investimento municipal de cerca de 17,7 milhões de euros (19% da despesa total), o mais elevado dos últimos dois mandatos. Nível de investimento na sua quase totalidade atingido com financiamento municipal, já que o apoio obtido de financiamento comunitário foi em 2017 de apenas 560 mil euros. Enquanto por exemplo no mandato 2010/2013 o financiamento comunitário ao investimento municipal foi em média anual de 3,7 milhões de euros.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JL

Foi esta constante boa situação económica e financeira do nosso Município que permitiu a Almada ao longo do período mais negro de ataques à autonomia financeira dos municípios, não ter sido forçado a recorrer aos vários programas que os sucessivos Governos desde 2008 a 2015, foram criando para mitigar essas mesmas dificuldades financeiras criadas aos municípios e ao mesmo tempo que alimentaram o sector financeiro.

6.1.5.1.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Peço a atenção do Senhor Deputado Municipal para o seguinte:

O artigo 55º do Regimento diz o seguinte relativamente a declarações de voto:

“1 - Cada Grupo Municipal ou força política com representação única tem direito a produzir no final de cada votação uma declaração esclarecendo o sentido da sua votação.

2 - As declarações de voto podem ser escritas ou orais.

3 - As declarações de voto orais não podem exceder 3 (três) minutos”.

O Senhor Deputado Municipal já estava perto de 6 (seis) minutos. Portanto, sendo as regras adotadas e assumidas pela Assembleia, não me parece que haja possibilidade de continuar.

6.1.5.1.2 O Sr. Deputado Municipal José Manuel Maia interpelou a Mesa relativamente à condução dos trabalhos, chamando a atenção para o n.º 6 do art.º 56.º do Regimento:

“Sempre que tiver sido fixado tempo global para a discussão, o tempo gasto com pedidos de esclarecimento e respostas, protestos, contra protestos e declarações de voto contam para o tempo global atribuído.”

Nestes termos, o Presidente da Assembleia Municipal devolveu a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Lourenço para terminar a declaração de voto.

6.1.5.1.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O entendimento que a bancada do Partido Socialista tem é diferente do que a Mesa tem. Esses três minutos que estão no Regimento, os três minutos que estão disponíveis para a declaração de voto, devem contar para o tempo global que está disponível para cada bancada. A CDU está no seu livre direito de pedir para fazer uma declaração de voto, fê-lo, gastou seis minutos. O entendimento da Mesa é que poderia continuar até gastar o tempo todo. Então aquilo que nós pedimos é para recorrer para plenário, para podermos decidir sobre esta questão nos termos regimentais realmente previstos.”

6.1.5.1.4 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este requerimento é aceite pela Mesa e é imediatamente votado.

Coloco à consideração da Assembleia o requerimento que foi apresentado pelo Partido Socialista, no sentido de prevalecer a interpretação de que os 3 (três) minutos são o tempo global máximo, e, portanto, não pode ser excedido”.

6.1.5.1.5 – Verificado o quórum, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 19 votos a favor dos eleitos PS, PSD, CDS-PP, incluindo os Senhores Presidentes de Junta eleitos pelo PS, 14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos por esta força política, e 4 abstenções dos eleitos pelo BE.

6.1.5.1.6 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores/as Deputados/as Municipais;

O requerimento foi aceite, pelo que o Senhor Deputado Municipal da CDU, desejando, pode fazer a entrega na mesa da declaração de voto por escrito que será integrada em Ata.

6.1.5.1.7 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, para fazer um ponto de ordem à mesa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se não estou em erro estamos a votar 3 (três) documentos diferentes, 3 vezes 3, nas minhas contas são 9 (nove). O Senhor Presidente anunciou que a nossa declaração de voto tem 6 (seis) minutos, resta-nos 3 (três) minutos para fazer a declaração de voto. O que foi acordado na reunião de representantes, foi que era a discussão global dos 3 (três) documentos. O que diz o Regimento é que, cada documento votado tem direito a uma declaração de voto de 3 (três) minutos no máximo. Ora, nós votamos 3 (três) documentos, 3 vezes 3, dá 9 (nove) minutos”.

6.1.5.1.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nada temos a opor a essa interpretação. O que se trata no fundo são 3 (três) declarações de voto diferentes, cada uma feita após a votação, no tempo cada uma delas de 3 (três) minutos. O que não temos é uma declaração de voto por tempo indeterminado, até chegarmos aos quarenta e tal minutos, que a CDU tinha à sua disposição”.

6.1.5.1.8 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

72

O Senhor Deputado Municipal sustenta que o Grupo Municipal da CDU pode fazer 3 (três) declarações de voto. Se é esse o entendimento do Grupo Municipal da CDU, tendo concluído a primeira declaração de voto pode fazer a segunda e a terceira.

6.1.5.1.10 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU), em continuação:

Refiro-me ao Programa de Pagamento a Tempo e Horas de 2008 a que foram obrigados a aderir 33 municípios e a que Almada não teve de recorrer ...”

“Dizia eu, que o Município de Almada não teve que recorrer ao programa ao Programa de Regularização de Dívidas do Estado, de reforço de verbas a atribuir aos municípios, com vista a garantir o pagamento a credores com dívidas já vencidas, a que foram forçados a aderir 92 municípios, programa também que vem de 2008 e a que Almada não teve de recorrer.

Almada não teve que recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local de 2012 a que foram forçados a aderir 103 municípios e a que Almada não teve de recorrer.

Também não tivemos que recorrer ao Programa de Ajustamento Municipal, a que tiveram que aderir em 2016, 9 municípios e, ao Apoio Transitório de Urgência do Fundo de Apoio Municipal a que foram forçados a aderir 6 municípios em 2014 e 2015 e a que Almada também não teve de recorrer.

Foram centenas os municípios que se viram forçados a ter de recorrer a estes programas desde 2008.

Apesar do seu voto favorável ao documento, na introdução ao Relatório e Contas de Gerência da Câmara Municipal de Almada o atual executivo PS/PSD não deixou de repetir uma vez mais alguns argumentos de crítica às Contas, bem como à atividade desenvolvida pelo município.

Começamos pelas Contas e permitam-nos o seguinte: a obsessão do atual executivo municipal em fazer referência nas Contas de 2017 da responsabilidade da CDU, a um valor negativo nos resultados obtidos é tal que, não apenas se confundem os conceitos como se atribui ao indicador que melhor lhes serve a relevância que ele efetivamente não tem.

Confundem-se os conceitos de resultado operacional, a que chamam resultado operacional de tesouraria, com o conceito de saldo de gerência e atribuem ao primeiro um valor que foi afinal o do saldo de gerência.

A enorme relevância que este executivo dá ao saldo de gerência não tem sentido, não porque este défice não exista, mas porque ele é o resultado daquilo a que se chama uma ótica de caixa e em parte é o reflexo das enormes dificuldades porque passaram muitos dos nossos cidadãos e municípios nos últimos anos, e que os levou a entrarem em incumprimento com o município e não mais do que isso.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Isto é, o que este saldo diz é que o município em 2017 pagou mais 5,4 milhões de euros do que recebeu, coisa que no limite pode apenas ser relevante numa ótica de tesouraria. Quando o mais importante é saber que compromissos assumiu o município e que compromissos outros assumiram para com o município em 2017 (a chamada ótica do compromisso). E esta leitura é-nos dada pela demonstração de resultados.

Reparem se eu disser que o município não recebeu até ao dia 31 de dezembro, e numa situação normal deveria ter recebido, 7,6 milhões de euros de receita liquidada por vendas, prestações de serviços, impostos indiretos e operações de tesouraria, facilmente se percebe que aquele défice do saldo de gerência de 5,4 milhões pode trazer ao município um problema de tesouraria e apenas isso.

É por esta razão que é mais importante perceber-se como estão a evoluir outros indicadores, como os resultados operacionais, como os resultados líquidos do exercício, como os níveis de endividamento e o seu peso nos custos operacionais. E estes não têm evoluído nada mal, antes pelo contrário, apesar dos fortes ataques a que os municípios têm sido sujeitos nos últimos anos, pelos sucessivos governos.

Mas o que ainda é mais preocupante na análise ligeira e superficial que é feita das Contas do Município de Almada é que apenas se olha para o crescimento das despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços e constata-se que cresceram desde o início do último mandato.

Ora bolas, cresceram essas como cresceram quase todas as outras, o que era inevitável após anos (2011, 2012 e 2013) de cortes impostos nas despesas com pessoal e nas aquisições de bens e serviços.

Ora o que é importante analisar-se é o ritmo de crescimento das diferentes despesas, para sabermos quais as despesas que foram determinantes para o ritmo de crescimento da despesa total nos últimos anos e em particular no último mandato.

Uma leitura atenta das contas do município nos últimos 2 mandatos mostra que no caso das despesas com pessoal, que foram aqui referidas, isso não é verdade, já que estas representaram no mandato 2009/2013, 49,3% das despesas correntes, enquanto neste último mandato esse peso se reduziu para 47,7%.

Já quanto às aquisições de bens e serviços verifica-se efetivamente uma subida do peso relativo destas despesas nas despesas correntes, de 36,7% no mandato de 2009/2013 para 38,2% no último mandato, justificada por uma aposta clara da CDU em grande parte deste mandato num Plano de Promoção e Desenvolvimento da Costa da Caparica que fez subir consideravelmente este tipo de despesas.

Ora esta aposta anual na promoção e desenvolvimento da Costa da Caparica foi errada ou foi certa? Nós temos a convicção de que foi certa e entendemos que deve continuar.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

JK

Ainda a propósito da análise da evolução das despesas e receitas do município o fundamental não é dito. E o fundamental é que do lado da despesa o que foi determinante para o seu crescimento, foi para além da evolução da aquisição de bens e serviços atrás referida, a evolução do investimento municipal que cresceu no último mandato 21,2% comparativamente com o mandato anterior (mais 2,6 milhões de euros de investimento médio anual) e o crescimento das transferências e subsídios que cresceram 11,1% (mais cerca de 1 milhão de euros por ano).

Já do lado das receitas do município, estas praticamente estagnaram em relação ao mandato anterior apesar do forte crescimento da receita fiscal (cresceu 8,4% em relação ao mandato anterior e em média neste mandato cobraram-se mais 3,4 milhões de euros por ano). Para esta quebra na receita total contribui fundamentalmente a quebra verificada nas transferências do Estado e de apoios comunitários (-11% - cerca de 2,4 milhões de euros por ano).

Com a CDU em Almada o município procurou, dentro das suas competências, investindo como nunca antes se tinha feito, apoiando as famílias, as escolas, as instituições particulares de solidariedade social e transferindo recursos para as freguesias, contrariar os impactos das medidas de política fortemente recessivas que vinham a ser implementadas pelos sucessivos governos.

Para além de ter demonstrado reservas sobre as contas da CMA, o atual executivo tem também reservas sobre as atividades desenvolvidas pelo município ao longo de 2017 e se em parte das atividades desenvolvidas se limitou a transcrever o relato recebido das diferentes Direções Municipais, noutra parte são omitidas importantes ações desenvolvidas pelo anterior executivo da CDU ou por dirigentes municipais em sua representação, nomeadamente iniciativas junto do atual Governo, quer junto dos seus Ministérios ou de órgãos da Administração Central. Destacam-se entre estas:

- A proposta de reabilitação da Estrada Florestal na Costa da Caparica, junto das Infraestruturas de Portugal e do Ministério do Ambiente, para a qual não apenas elaborou projeto como se propôs financiar a obra;
- A necessidade de intervenção na reabilitação do Património Cultural do Estado, designadamente na Torre Velha e Castelo de Almada, alerta este que foi deixado junto do Ministério das Finanças (Direção Geral do Tesouro), Administração do Porto de Lisboa, Ministério da Cultura (Direção Geral do Património), Ministério da Defesa e Ministério da Administração Interna;
- O alerta para a necessidade de realização de obras de manutenção e conservação no parque escolar, designadamente da escola secundária do Monte da Caparica e a construção de pavilhões desportivos nas escolas secundárias;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Outras iniciativas relacionadas com habitação social, acessibilidades, transportes, lotas e portos, junto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Infraestruturas de Portugal e Administração do Porto de Lisboa;
- A luta pela clarificação da regularização da titularidade dos terrenos da Margueira;
- Apoio ao Movimento Associativo Popular, IPSS e Bombeiros;
- Reconhecimento internacional pela contribuição de Almada para o ambiente sustentável.

O Relatório de Atividades e Contas de 2017 revelam a intensa e frutuosa atividade concretizada e, demonstram de forma inequívoca a saúde financeira que a Câmara Municipal de Almada respirou até ao final de 2017.

Os documentos aprovados pela Câmara Municipal e que foram aprovados na Assembleia Municipal, vêm confirmar a excelência que sempre pautou a gestão da CDU no Poder Local Democrático, e se alguma "pesada herança" o PS herdou em Almada, é a responsabilidade de não baixar o nível dessa farsa na defesa dos interesses de todos os almadenses e em especial daqueles que mais precisam da ação do município para manterem e melhorarem a sua qualidade de vida, em especial as crianças e jovens em idade escolar, as populações mais desfavorecidas e a crescente população idosa que tendo terminado a vida ativa tem direito a manter nesta nova fase da sua vida, uma vida com qualidade”.

6.1.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para anunciar que iremos também apresentar uma declaração de voto por escrito sobre a prestação de contas dos SMAS.”

6.1.5.2.2 – Declaração de voto por escrito da CDU sobre a prestação de contas dos SMAS:

“O documento aprovado nesta Assembleia Municipal espelha de forma inequívoca a gestão rigorosa e responsável que a CDU levou a cabo em 2017 nestes serviços municipalizados.

Tal como na Câmara Municipal, também na Assembleia Municipal, e considerando a aprovação unânime deste documento, as demais forças políticas foram forçadas a reconhecer isso mesmo: que no ano de 2017, como aliás sempre aconteceu no passado, os Serviços Municipalizados de Almada foram bem geridos.

Só assim se consegue explicar que uma vez mais em 2017:

- Se tenham alcançado bons resultados financeiros, com elevadas taxas de realização;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

- As receitas correntes tenham excedido as despesas correntes em praticamente 2,8 milhões de euros permitindo, desta forma, financiar o investimento;
- O saldo de gerência tenha ultrapassado os 7,7 milhões de euros, valor mais elevado do que em 2016 e que cresceu sustentadamente nos últimos 3 anos;
- Se tenha realizado um elevado investimento, na ordem dos 4,5 milhões de euros, em importantes obras para o município;
- Se tenha reduzido o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 1,4 milhões de euros;
- Todos os indicadores de gestão continuem a demonstrar elevados níveis de autonomia, solvabilidade e liquidez.

Foi esta gestão rigorosa e equilibrada que permitiu aos SMAS continuar a cumprir com todas as suas obrigações na gestão do ciclo urbano da água em Almada com a elevada qualidade que lhe é reconhecida interna e externamente, pagando atempadamente aos seus trabalhadores e fornecedores.

Mas tudo isto foi conseguido sem descurar a responsabilidade social na defesa intransigente da universalidade do acesso a este Bem essencial à vida humana que é a água!

Foi com este desígnio bem presente que mais de 1500 famílias beneficiassem de isenção de pagamento de água, saneamento e tarifa de RSU, por via da aplicação das tarifas sociais, e que quase 4500 famílias ou empresas fossem abrangidas por planos de pagamento.

Uma vez mais em Almada, em 2017, não se ficou sem acesso à água por dificuldades económicas e financeiras!

Por tudo isto reafirmamos o orgulho nas políticas prosseguidas ao longo das últimas décadas que permitiram aos SMAS alcançar o patamar de excelência onde hoje se encontra.

Orgulhamo-nos de tudo o que foi feito em prol de Almada e dos Almadenses, na defesa intransigente da gestão pública da água, de todos e para todos, e do Poder Local Democrático.

O documento de prestação de contas dos SMAS de Almada que foi aprovado é apenas e tão somente, mais uma prova do sucesso das políticas prosseguidas pela CDU”.

6.1.5.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), para uma declaração de voto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais esclarecer aqui também um ponto, quando eu, há pouco, disse ou referi, que na minha opinião, sendo 3 (três) declarações de voto diferentes, deviam ser feitas interpoladamente, escapou-me o facto que o Senhor Presidente tinha referido que as votações como foram feitas em conjunto, as



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

declarações de voto também deveriam ser apresentadas em conjunto, que naturalmente o tempo de 9 (nove) minutos para essa declaração de voto era o que seria mais adequado.

Ainda assim, e a declaração de voto que o Partido Socialista gostaria de fazer sobre este assunto, passa em primeiro lugar por dizer que aquilo a que acabamos de assistir não deixa de ser um triste espetáculo que esta Assembleia Municipal nos deu. E a CDU inaugurou hoje também uma forma diferente de fazer a democracia aqui em Almada.

Em primeiro lugar, porque nós tivemos uma Comissão para debater o orçamento e todos estes documentos, no qual a CDU, e está no seu direito, não fez qualquer intervenção. Tivemos depois um ponto para discussão destes documentos, e eu tive o cuidado para ver se não me escapava nada, de consultar a nossa súmula da conferência de representantes, para os quais a CDU dispunha de 17 (dezassete) minutos, mais 33 (trinta e três) minutos, ou seja, um total de 50 (cinquenta) minutos para poder intervir sobre estes temas. E, aquela que foi a surpresa, parece-me, da maioria dos Deputados Municipais nesta sala, é que uma força política que opta por não discutir estes documentos, é estranho que depois numa segunda fase opte por esta manobra, por este triste espetáculo, que é o de apresentar uma declaração de voto, na tentativa de com isto não ter nenhum contraditório.

Senhor Presidente, sobre o conteúdo das declarações de voto, responsabilizam quem as faz, e portanto, assim como nós não nos pronunciamos sobre o facto da declaração de voto da CDU versar sobre apenas um documento e não sobre os três, e apesar de ter feito uma declaração de voto oral sobre os 3 (três) documentos, ainda tem necessidade de apresentar uma declaração de voto escrita sobre os documentos, porque na verdade uma declaração oral não esclareceu nada sobre a sua posição em relação a outros documentos, cabe-nos também a nós escolher sobre o que é que fazemos com as nossas declarações de voto. E, portanto, no tempo que ainda temos, aquilo que gostaria de dizer, é que a CDU presenteou-nos hoje com o espetáculo que não deixa de ser estranho, optou por não discutir quando o podia ter feito, e optou por não o discutir quando tínhamos 3 (três) pontos essenciais a ser discutidos. A gestão não tão boa em 3 (três) pilares fundamentais como foi referida pelo executivo municipal. Das pessoas, dos recursos humanos, da estrutura e das finanças.

Em primeiro lugar, e também, pelo facto ou principalmente pela trajetória que as contas da Câmara vinham seguindo e que fizeram com que nos últimos anos o saldo de execução fosse negativo e que facilmente se comprova que se continuarmos com este tipo de execução, vamos ter uma trajetória pouco sustentável e que não pode dar futuro ao nosso executivo, ao nosso Município. Era por isso, e é por isso, urgente que se trave esta curva descendente porque é importante que se dê sustentabilidade às contas da autarquia. A CDU votou a favor, e percebemos também que não quis discutir, não quis disputar, aqueles que eram estes dados. Aceita que a trajetória não era favorável e aceita que a



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

trajetória tem que ser corrigida, senão teria ido a terreno e tinha disputado aqueles que foram os dados que o executivo nos trouxe. E ao fazer não negando, não debatendo, optou por fazer um exercício lírico de umas contas que na verdade não existem, optou por fazer um retrato de umas contas que não são as contas deste Município, serão porventura de outro, mas que não são as contas do Município de Almada. E, não concordando nós com o caminho que foi seguido em parte do ano de 2017, o Partido Socialista optou, no entanto, por votar favoravelmente estas contas, porque nos parece também que é importante que passado este tempo, identificados os problemas com as pessoas, com a estrutura, com as finanças do nosso Município, que a partir de agora nós tenhamos uma atitude diferente, que permita sanar as contas da nossa autarquia e pelo menos estancar a sangria que se vai fazendo no saldo de gerência que tínhamos à nossa disposição e que era 35.000.000.00€ (trinta e cinco milhões de euros) há dois anos, e que este ano passou a ser de apenas 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros). Ainda assim, optamos por votar favoravelmente, para não constranger aquilo que é o exercício que a Câmara deve fazer, esperando também e desejando, que algumas das questões que a Senhora Presidente de Câmara colocou, ou que foi suscitando sobre alguns investimentos que foram feitos no passado possam vir a ser esclarecidos com o tempo, para que percebamos também qual é que era o objetivo estratégico que o anterior executivo tinha com algumas aquisições de património, com alguns alugueres de património, e portanto, que nós possamos finalmente fazer com que a Câmara de Almada entre numa trajetória de sustentabilidade.

Ainda assim, e finalizando, acho que o triste espetáculo que nós acabamos de assistir não deveria ter continuidade, porque se há coisa que existe na Assembleia Municipal de Almada é a possibilidade que todos possam falar, todos possam exprimir as suas opiniões, nos pontos que são próprios para que eles sejam feitos, nos pontos de discussão e não com subterfúgios regimentais para que possamos ficar a falar sozinhos. Compreendo que seja sempre preferível falar sozinho sem contraditório, mas infelizmente não são essas as regras democráticas, não são essas as regras que nós conseguimos estabelecer em Portugal, depois do 25 de Abril, independentemente, da oposição de algumas forças ou de movimentos políticos em muitas fases da construção da nossa história democrática”.

6.1.5.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU), para fazer um ponto de ordem à Mesa:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer o seguinte: a Assembleia Municipal de Almada tem um Regimento, foi aprovado. E no regimento, no seu artigo 55º, nº 6, diz: que qualquer membro da Assembleia a título pessoal, pode formular declarações de voto por escrito, que deverá entregar na Mesa no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o termo da reunião. Está aqui escrito. Porque foi dito pelo Senhor Deputado Ivan Gonçalves,



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que a CDU tinha feito uma declaração de voto durante não sei quantos minutos, e ainda queria fazer mais declarações por escrito, é perigoso do ponto de vista democrático e do exercício da democracia”.

6.1.5.4.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há um apelo que eu fazia que é o seguinte: como todos sabem, eu prezo muito os Senhores Deputados Municipais todos, e prezo muito o bom funcionamento da Assembleia Municipal. E eu acho que não ganhamos mais nada em estar a aprofundar este tipo de discussão. E o apelo que eu fazia era, e é um apelo, portanto os Senhores Deputados seguem-no ou não consoante entenderem, era no sentido de nós darmos por findo este ponto, e na conferência de representantes depois fazermos uma avaliação e também consolidarmos uma interpretação, fazermos jurisprudência, sobre as matérias que foram aqui objeto de discussão. Portanto, era este o apelo que fazia. Se os Senhores Deputados Municipais estiverem de acordo damos aqui por encerrado este ponto. Muito Obrigado”.

6.1.5.5 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), para fazer uma declaração de voto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata votou favoravelmente o Relatório e a Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada e SMAS de Almada, relativos ao ano de 2017, na medida em que a informação neles contida é factual. Recordamos que o exercício de 2017 foi na sua maior parte da responsabilidade do executivo anterior, cujo mandato cessou com o resultado das eleições autárquicas de outubro. Assim, apenas os últimos dois meses do ano se referem já ao atual executivo.

Queremos deixar claro que não nos revemos nas decisões tomadas pelo executivo CDU e que consideramos mesmo que muitas delas apresentam sinais preocupantes, razão pela qual propusemos, e foi aprovada, a realização de uma auditoria às mesmas. A avaliação política que decorrerá dos resultados da auditoria será feita a seu tempo, ainda que a mais relevante tenha sido feita pelos eleitores do concelho de Almada na opção por uma mudança de rumo expressa nas eleições autárquicas.

Somos igualmente muito críticos dos níveis de planeamento e execução do anterior executivo. O ritmo de crescimento da despesa, muita dela de utilidade para os munícipes no mínimo duvidosa, revela opções de gestão que comprometeram seriamente não apenas a eficácia da gestão municipal passada, como resultam em pesados encargos para a gestão atual e limitam os graus de liberdade que a mesma deveria ter. Os erros de gestão cometidos foram-no tanto na Câmara Municipal como nos SMAS.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

TK

Os Deputados Municipais do PSD estão empenhados em contribuir para a correção dos desequilíbrios herdados e para um novo ciclo de gestão na Câmara Municipal de Almada e nos SMAS que, privilegiando sempre a transparência e a indispensável defesa do interesse público, possa reverter a situação encontrada e proporcionar ao concelho de Almada e a todos os que nele vivem, estudam ou trabalham as respostas porque anseiam no seu dia-a-dia, a par de uma gestão orçamental responsável e que não comprometa o futuro”.

6.1.5.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para fazer uma declaração de voto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório e Contas hoje aqui apresentado para discussão e votação, na prática, não passa de um copypaste daquelas que foram as contas dos últimos anos, nomeadamente, o aumento da despesa, alterando apenas os valores.

De resto, um orçamento que se pauta pelo mesmo daquilo que foi e daquilo que a CDU já nos habituou.

Um orçamento em números que espelha bem as escolhas, as prioridades e o caminho para onde o último executivo da CDU levou Almada.

Também ao longo desses anos o CDS-PP nesta Assembleia foi crítico e entendeu que o dinheiro orçamentado pelo anterior executivo não serviu os interesses de Almada, que se quer moderna, desenvolvida e virada para o futuro.

Os orçamentos nos últimos anos privilegiaram o despesismo, muitas vezes inúteis e sem resultados práticos na melhoria substancial dos almadenses, nem da melhoria do desenvolvimento sustentado e ambicioso do concelho.

Esqueceu-se o investimento nas pessoas, no social, na economia local, na segurança rodoviária, na reabilitação do património histórico que podia, porventura, atrair mais visitantes e cuidasse melhor do espaço público.

Esqueceu-se de investir na iluminação e não se aproveitou convenientemente o turismo, virando-se as costas ao rio e ao mar.

A tudo isto, o CDS-PP não se cansou de alertar, de criticar, mas apresentou propostas e alternativas, que, do ponto de vista prático, não foram tidas em conta.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A introdução que a senhora Presidente da Câmara faz deste relatório reflete, no documento que estamos a apreciar, bem o estado de desinvestimento ao longo dos anos, nomeadamente o último mandato.

Partindo de um Município da Grande Área de Lisboa com recursos humanos, naturais e paisagísticos de excelência, com a proximidade à Capital do país e com uma população das mais numerosas do país, exige-se que os executivos em Almada, façam as suas escolhas, centrados nas pessoas, a fim de concretizar as suas reais necessidades, colmatando debilidades e carências mais emergentes.

Para o cumprimento do desígnio é preciso coragem, mas sobretudo, vontade para mudar, preparando os seus quadros para uma estratégia eficaz e ambiciosa ao serviço dos almadenses.

No que respeita a estes últimos não têm sido poupados a impostos indiretos e diretos, em taxas e penalizações que aumentam a sua despesa e o seu orçamento.

Os mesmos esperam que a autarquia os possa compensar criando condições básicas para que a prossecução dos seus interesses enquanto cidadãos seja satisfeita.

Senhora Presidente, as contas apresentadas no relatório não deixam dúvidas, estão equilibradas do ponto de vista orçamental, mas desequilibradas naquilo que respeita às escolhas e às prioridades.

A análise que o CDS-PP aqui faz é meramente política. Contudo, não deixa de espelhar a preocupação pelas contas apresentadas, razão pela qual, se espera que se tenha aberto um novo ciclo, com mais ambição e sobretudo com mais controlo nas contas.

Nem tudo foi mau, é verdade, mas pode-se fazer melhor, muito melhor”.

6.2- Entrou-se nos pontos 3.8 e 3.9 da agenda.

O Senhor Presidente informou a Assembleia que foi consensualizado na conferência de representantes que a discussão dos documentos se faria em conjunto, embora, na votação, se votassem separadamente os documentos em apreciação.

6.2.1 – Foi feita a apresentação da proposta sobre 1ª Revisão Orçamental do Município, referente ao ano de 2018 pela Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me que comece com um esclarecimento, que eu acho que não foi feito, relativamente aquilo a que assistimos. Tal como o Senhor Presidente já disse não se responde a uma declaração de voto, contrariamente ao tempo que é atribuído anteriormente, quando é um tempo de debate. Portanto,



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

quero só deixar aqui claro, que estava disponível para debater qualquer dúvida que houvesse. Quando se opta apenas para uma declaração de voto, quer dizer que não se quer debater qualquer um dos pontos. Obviamente não concordo com muito do que foi dito, penso que lemos relatórios diferentes, e até inclusivamente dados diferentes, o que eu acho estranho porque são dados factuais, mas cada um escolhe o debate ou não debate. Em democracia eu serei sempre pelo debate, Senhores Deputados.

Passo então a fazer a apresentação muito breve da Revisão Orçamental de 2018. Como sabem, uma vez as contas fechadas e considerando a execução orçamental do ano de 2017, com um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros) e não de 27 (vinte sete) tal como foi referido, e considerando também a necessidade de efetuar ajustamentos nas classificações económicas da previsão de receita proveniente das candidaturas aprovadas com financiamento dos Fundos Comunitários, assim como compromissos plurianuais, e alguns compromissos plurianuais já existentes, os tais compromissos transitados, mas também e sobretudo compromissos futuros nas Grandes Opções do Plano, importa aqui fazer um reajustamento, uma revisão orçamental que envolve um aumento em termos de orçamento ao nível dos 12.000.000.00€ (doze milhões de euros). Quero só relembrar aqui brevemente, no histórico recente tal como foi mencionado, este reforço não tem nada a ver com o facto da execução. O que se pretende e continua a pretender, é que ao nível da execução, a Câmara se fique exatamente pelo equilíbrio das finanças, ou seja, que as despesas possam corresponder às receitas e não ultrapassar, embora como eu também disse para o ano de 2018, temos compromissos transitados na ordem dos 19.000.000.00€ (dezanove milhões de euros). Quero ser clara, este exercício dos anos anteriores significou um reforço na ordem dos 23.000.000.00€ (vinte e três milhões de euros) em 2016. Em 2017 na ordem dos 12.000.000.00€ (doze milhões de euros), este ano nós estamos a propor um reforço na ordem dos 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) para poder ter cabimentações, obviamente esperamos não ter que recorrer a esses montantes.

Não me apraz dizer muito mais, caso haja dúvidas poderei responder, mas também estou disponível para ouvir mais declarações de voto”.

6.2.2- A apresentação da proposta sobre 1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2018 foi feita pelo Senhor Vereador Miguel Salvado.

O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à revisão de contas dos SMAS, também não me queria alongar muito. Temos uma inscrição e reforço de 5.100.000.00€ (cinco milhões e cem mil euros), depois foram distribuídos pelas rubricas que puderam analisar, e naturalmente que estamos disponíveis para qualquer esclarecimento, sendo que tal



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como tem sido dito, nós vamos e estamos a tentar fazer um grande esforço ao nível do investimento, inclusive, alocar receita para investimento. E, naturalmente poupando também na despesa, principalmente na despesa corrente, e naturalmente indo buscar também alguma da receita que é devida aos SMAS de cobrança, e que será totalmente alocada (é essa a nossa intenção) em investimento na nossa rede, que, infelizmente, tem alguns problemas de envelhecimento, e nalguns caso graves, como vocês sabem, por vezes até com situações complicadas, mas a nossa perspetiva é mesmo essa, é investir neste momento a nível da rede, tanto da distribuição como do saneamento, como também da área das águas pluviais”.

6.2.3 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado João Geraldês (CDU):

6.2.3.1 – O Senhor Deputado João Geraldês (CDU):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar conta de que a CDU irá votar contra os 2 (dois) documentos, porque em coerência com a votação do ... estes são documentos que alteram o Orçamento que foi aprovado no início do ano, em função da aprovação há pouco do relatório e Conta de Gerência, em coerência a CDU votará contra dado que votou contra também o Orçamento e o Plano de Atividades para 2018”.

6.2.4 – Foi verificado o quórum e passou-se à votação das propostas.

6.2.4.1- A proposta relativa a 1ª Revisão Orçamental do Município, referente ao ano de 2018 foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor dos Senhores Deputados Municipais eleitos pelo PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes, eleitos pelo PS, do PSD, do BE e do CDS-PP, e 14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes que integram o Grupo Municipal.

DELIBERAÇÃO

Nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a primeira Revisão do Orçamento e das Opções do Plano do Município para 2018, que totaliza o valor de 12.401.756 € (doze milhões, quatrocentos e um mil setecentos e cinquenta e seis euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2018.

6.2.4.2- A proposta relativa a 1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2018 foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor dos Senhores Deputados Municipais eleitos pelo PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes, eleitos pelo PS, do PSD, do BE e do CDS-PP, e



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

14

14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, ou os seus representantes que integram o Grupo Municipal.

DELIBERAÇÃO

Nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2018 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que totaliza o valor de 29.823.152,18 € (vinte e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil cento e cinquenta e dois euros e dezoito cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de abril de 2018.

6.3- Entrou-se no ponto 3.10 da agenda

6.3.1- Foi feita a apresentação da proposta de Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Plano Municipal de Integração dos Migrantes de Almada, foi aprovado em reunião de Câmara, na sequência da estratégia nacional definida pelo Alto Comissariado, teve um diagnóstico que decorreu durante o ano de 2017, e feito esse diagnóstico foi construído, já nos finais de 2017 e o início de 2018, o Plano concretamente, com um conjunto de atividades que se vão desenvolver entre 2018 e 2020. Foi discutido no âmbito da sua preparação com todos os parceiros, Juntas de Freguesia, SEF, IEF e ACES de Almada. E, portanto, encerra um conjunto de atividades, de criação de centros locais de apoio ao imigrante, que em muito, na nossa perspetiva, irão melhorar e dar conforto às muitas comunidades, e diversas comunidades, de migrantes que habitam o concelho de Almada. E, portanto, após a aprovação em Câmara trouxemos aqui à Assembleia Municipal para que ele possa também ser aprovado, salientando que está já feita neste âmbito uma candidatura, a primeira, em pareceria com algum número ainda elevado de instituições de Almada, no âmbito da aprendizagem da língua portuguesa. É a primeira e outras se seguirão”.

6.3.2 – Não se verificaram pedidos de palavra para a discussão.

6.3.3 – Verificado o quórum passou-se à votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada 2018-2020, nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de março de 2018.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4 - Entrou-se no ponto 3.11 da agenda

6.4.1- Foi feita a apresentação da proposta de Contrato Programa CMA / ECALMA pela Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Celebração de Contrato Programa entre a Câmara e a ECALMA não é uma novidade, já anteriormente se celebraram outros, tendo o primeiro sido celebrado em 2005, e vigorando entre 2005 e 2006, sendo que o último vigorou entre 2015 até ao final de 2017. Sendo necessário aprovar novo Contrato-Programa, para assegurar a continuidade da prestação de serviços.

A ECALMA tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e de acordo com o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais a prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração depende da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes. É isto que está previsto.

Quero deixar claro que este Contrato-Programa ainda é feito exatamente nos mesmos moldes e nos mesmos termos estatutários da ECALMA. Como foi aqui já anunciado, está neste momento justamente a ser trabalhado também, uma reformulação das competências da ECALMA, mas como isso ainda está em curso e tudo deve continuar, propomos aqui este novo Contrato-Programa.

A Minuta em apreciação diz respeito ao mesmo objeto e contém os mesmos objetivos do Contrato-Programa em vigor entre 2015 e 2017, pelas razões que invoco, para ter novas missões é preciso que a ECALMA possa ter novas competências. Volto a reafirmar que a nossa intenção é mudar de alguma maneira a sua natureza, porque neste momento a ECALMA apenas serve, e ainda hoje foi mencionado, como entidade fiscalizadora. Ora nós consideramos que a ECALMA também deve participar, não só do ponto de vista pedagógico, mas também do ponto de vista positivo, para melhor reestruturação em reabilitação deste espaço comum que é o espaço público e as redes viárias. Temos esta ideia de quem trata do estacionamento também deve poder dizer ter uma palavra a dizer sobre circulação mas sobretudo ter uma palavra mais forte relativamente aquilo que são as regras de estacionamento. É isso que estamos a trabalhar. Mas não é isso de facto que está em causa neste momento. Neste momento os estatutos ainda são o que são, é preciso que tudo continua a funcionar apesar dos esforços que estamos a fazer, e, portanto, estamos a falar basicamente de um contrato-programa muito semelhante. A maior alteração diz respeito ao valor em causa e ao prazo e condições de transferência do mesmo, e também quero aqui salientar que se verifica uma diminuição do montante relativo ao FLEXIBUS devido à afetação de 3 (três) e não 5 (cinco) motoristas para este serviço, bem como pelo facto de um dos



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

miniautocarros se encontrar avariado. É uma questão premente, tem sido já várias vezes abordada, o FLEXIBUS é da competência da ECALMA, tinha dois veículos que eram muito necessários. Quando iniciamos funções um deles já não funcionava, e o outro devo dizer que está muito, muito frágil. Estamos neste momento também a trabalhar em soluções para poder substituir estes veículos que prestam um serviço muito importante à população, temos consciência disso, sobretudo à população mais idosa e com mais dificuldade de mobilidade, mas neste momento a verdade é que só temos um FLEXIBUS a funcionar, e mesmo esse muitas vezes avaria, e temos tido que recorrer a veículos da Câmara ou dos SMAS para poder fornecer o serviço. Foi uma excelente gestão realmente também do equipamento.

O aumento do montante justifica-se pelo facto dos parques a cargo da ECALMA necessitarem de algumas intervenções como sejam as pinturas. Também aqui é importante. A ECALMA tem o seu cargo uma série de parques de estacionamento e que são importantes, e, portanto, não basta ter o mau papel da fiscalização, importa também ter meios para poder criar condições mais favoráveis para os utilizadores, e que tenham um espaço mais agradável.

Ir-se-á proceder à implementação do pagamento, isto também é importante, através de via verde, na modalidade de aluguer dos aparelhos.

O parque sito na Avenida D. Afonso Henriques tem o montante atribuído individualizado previsto de até 36.000.00€ (trinta e seis mil euros), uma vez que é um parque com características distintas, de todos os outros, onde não existem avenças.

Outra diferença foi a eliminação dos parques da Costa da Caparica, que eram mencionados no anterior contrato, mas não havia subsidio à exploração atribuído uma vez que dão lucro.

Também ir-se-á melhorar a divulgação dos parques através do recurso a publicidade e colocação de nova sinalética.

De salientar que os efeitos de natureza financeira decorrentes do presente contrato que apenas se produzirão quando e caso seja obtido o necessário visto favorável e a emitir pelo Tribunal de Contas, em cumprimento e nos termos do artigo 45º, da Lei 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação.

Portanto, após esta aprovação, este Contrato-Programa terá que ir a Tribunal de Contas e só então entrará plenamente em vigor.

É mais ou menos nesses termos que expomos este Contrato-Programa a aprovação, na tentativa justamente de dar aqui também uma melhor eficácia aos serviços da ECALMA, e sobretudo tentar estabelecer uma relação mais apaziguada entre um serviço que é necessário e que tem vários exemplos noutras cidades e cada vez mais, e os munícipes e sairmos um bocadinho desta situação de confronto



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

permanente que não beneficia ninguém e muito menos a serena convivência de todos num espaço que também é de todos”.

6.4.2 – Não se registaram pedidos de palavra para a discussão.

6.4.3 – Verificado o quórum passou-se à votação da proposta, que foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesia que integram este Grupo Municipal ou seus representantes, e do PSD, 14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias, ou os seus representantes, que integram este Grupo Municipal, e 5 abstenções dos eleitos do BE e do CDS-PP.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município e a ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., para o período de 2018 a 2019, nos termos do art.º 25º, nº 1, alínea n), anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de março de 2018.

6.4.4- Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para anunciar que a CDU apresentará uma declaração de voto por escrito. (não foi apresentada declaração de voto escrita).

6.4.5 – Usou da palavra para fazer uma declaração de voto o Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD).

O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presente a proposta da Câmara Municipal sobre o Contrato Programa entre a Câmara e a ECALMA, o PSD votou a favor deste documento, mas queremos aqui reafirmar a nossa posição sobre esta empresa municipal que é sobejamente conhecida de todos e que passa pela sua extinção e pela criação da Polícia Municipal.

Como as outras forças políticas representadas na Câmara Municipal, nomeadamente o PS, a CDU e o BE não partilham desta nossa visão de extinção, o PSD, e como já referimos noutras ocasiões, continuamos com a expectativa e a promessa de que a ECALMA vai levar uma grande volta, já este ano de 2018, no que se refere ao seu funcionamento e em especial à forma como os seus trabalhadores abordam e contactam com os munícipes.

Esperamos por isso, que sejam criadas as condições para que se processe uma enorme transformação na ação desta entidade, que passa por uma mudança nos seus estatutos e que assuma no seu



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

72

relacionamento com o concelho de Almada uma verdadeira vertente pedagógica ao invés de continuar a ser considerada apenas como caça à multa”.

6.4.6 – Foi entregue na Mesa uma declaração de voto por escrito pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

Declaração de voto:

“O CDS-PP, no ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Almada que respeita ao Contrato Programa da ECALMA, tem o seguinte entendimento:

Desde a sua constituição pela Câmara Municipal de Almada, a ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento, foi sempre entendida pelo CDS-PP, como uma entidade desnecessária ao Concelho, que ao longo da sua vigência tem-se se pautado como um dos fatores responsáveis pela desertificação do concelho, nomeadamente nos locais onde é cobrado estacionamento à superfície, razão pela qual mantém a sua posição na defesa da extinção da mesma empresa municipal.

Entende ainda o CDS-PP que tem havido desde a sua criação uma considerável falta de visão estratégica para a gestão do espaço público, tornando-se como um fator de conflito local.

O fecho do comércio local e tradicional, a desertificação e o abandono da cidade teve na criação da ECALMA um apogeu que dificilmente será revertido se não houver uma estratégia que saiba convenientemente usar e definir o espaço público em torno das pessoas e do desenvolvimento económico sustentado do Concelho.

O CDS-PP defende que o espaço público em Almada não deverá ser definido para a imposição de uma taxa que recai em quem quer estacionar. Almada não tem as características de uma grande cidade com vastos serviços que se justifique uma rotatividade considerável, que seja necessária e crucial para o estacionamento pago à superfície.

Por outro lado, por norma desde a sua criação, esta empresa apresenta resultados financeiros negativos que são cobertos com a injeção de capital financeiro por parte da Câmara Municipal e que muita falta faz para outros setores em escassez no Concelho.

São estas as principais razões pelo qual o CDS-PP não pode dar aval positivo a qualquer documento que venha a esta Assembleia que tenha a ver com a ECALMA, salvo razões de força maior devidamente justificada e necessária ou que possa contribuir para melhorar questões que tenham a ver com a melhoria das condições dos trabalhadores ou mesmo minimizar o impacto negativo junto dos almadenses.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desde o início que o CDS-PP defende e entende que a regulação do trânsito e sua fiscalização, nomeadamente à superfície, deve estar sob a alçada das forças de segurança preparadas para o efeito, devendo no entender do mesmo partido, extinguir-se a ECALMA, e o fim do estacionamento pago à superfície do Concelho de Almada, criando-se em sua substituição, e com outras tantas atribuições, a Polícia Municipal, na qual seriam integrados os funcionários da extinta empresa municipal”.

6.5- Entrou-se nos pontos 3.12 e 3.13 da agenda

O Senhor Presidente informou a Assembleia que foi consensualizado na conferência de representantes que a discussão dos documentos se faria em conjunto, embora, na votação, se votassem separadamente os documentos em apreciação.

6.5.1- Foi feita a apresentação do Relatório de Monitorização da ARU Almada e do Relatório da ARU da Trafaria pela Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, sobre estes Relatórios de Monitorização há pouco a apresentar. Os Relatórios foram distribuídos aos Senhores Deputados, têm a ver de facto com todo este regime de apoio à reabilitação urbana, que é algo de particularmente importante aqui no Concelho de Almada, neste caso são os Relatórios de Monitorização da ORU da Trafaria e de Almada.

Apenas salientar, que, de facto, este sistema tem dado bons resultados o que é positivo, temos começado a ver os seus efeitos no facto de termos edifícios reabilitados, ruas mais bonitas e que agora esperemos, e também nalguns casos, edifícios que estavam abandonados a serem reabilitados, e é a vida também do centro da nossa Cidade, é o centro da nossa Cidade que ganha vida com estes mecanismos.

Portanto, se houver uma dúvida estarei aqui para esclarecer, mas há pouco, a não ser que lesse todo o Relatório, há pouco para apresentar”.

6.5.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum passou-se à votação das propostas.

6.5.2.1 – A proposta referente ao Relatório de Monitorização da ARU de Almada foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, apreciou o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Almada, relativa ao sexto ano de vigência, e delibera aprovar os seus resultados, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de março de 2018.

6.5.3.2 – A proposta referente ao Relatório de Monitorização da ARU da Trafaria foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, apreciou o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria, relativa ao sexto ano de vigência, e delibera aprovar os seus resultados, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de março de 2018.

6.6 – O Senhor Presidente da Assembleia referiu:

Senhores/as Deputados/as Municipais:

Entramos no último ponto da agenda, em função da decisão que ontem tomamos de o recolocar no final da agenda, que é o ponto relativo à Informação da Atividade Municipal.

6.6.1- Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Gerales(CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mesmo antes de a Senhora Presidente apresentar a Informação, eu gostava de colocar aqui uma questão. Nós ontem anuímos à alteração da agenda desta Sessão passando este ponto para o último ponto da ordem de trabalhos, no pressuposto de que este documento seria discutido na segunda-feira. Ele foi-nos distribuído ontem cerca das 21H00, um pouco antes das 21H00. Tenho alguns anos de Assembleia Municipal, julgo que é a primeira vez que isto acontece, lamentavelmente, e acontece numa situação em que nem sequer uma informação antes foi dada à Assembleia Municipal e aos Senhores Deputados Municipais. Toda a gente sabe quais são os prazos regimentais e legais inclusivamente, que estão fixados para estes documentos. Portanto, a CDU não pode deixar de registar aqui um lamento e um protesto relativamente a esta situação, que é a primeira vez, tanto quanto me lembro em vinte e muitos anos que tenho de Assembleia Municipal, que isto acontece. Agora, do ponto de vista prático, neste momento, eu julgo que não há nenhum Deputado Municipal que esteja em condições de discutir esta informação da Senhora Presidente à Assembleia Municipal. Por outro lado, estamos confrontados



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com uma situação em que não temos mais ordem de trabalhos. E, portanto, ou vimos cá segunda-feira, para discutir a Informação da Senhora Presidente à Assembleia Municipal, ou não a discutimos. Da nossa parte vimos cá segunda-feira discutir a Informação da Senhora Presidente à Assembleia Municipal, porque julgamos que é importante, é um documento importante da Atividade Municipal, não é por qualquer razão que ele está previsto e que existe. E, portanto, da nossa parte vimos cá segunda-feira, hoje não temos condições para fazer esta discussão”.

6.6.2 - Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

Senhor Presidente, apenas para dizer que da parte do Partido Socialista não há nenhuma oposição a que este documento seja discutido na segunda-feira. Aquilo que a nossa bancada pretende é que todos os Deputados Municipais estejam nas melhores condições para poder discutir os documentos, para que não exista nenhum motivo, para que nenhum documento seja aprovado sem nenhuma discussão e que essa discussão possa servir para nós sabermos porque é que os vários partidos votam contra, porque é que votam a favor, porque é que se abstêm. Portanto, é importante sabermos as posições de cada um, é para isso também que esta Assembleia Municipal reúne, é para isso que nós definimos os tempos que definimos na reunião de representantes, os tempos estão definidos para cada um dos pontos, e portanto, na nossa opinião voltaremos segunda-feira para discutir o documento da Atividade Municipal”.

6.6.3 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu pedi a palavra porque de facto, em nome do executivo devemos um pedido de desculpa pela entrega tão tardia deste documento. Não há nada que eu possa dizer, de facto deveria ter sido entregue antecipadamente, por isso pedimos para segunda feira. entendemos plenamente que o seu debate seja na segunda-feira, para os Senhores Deputados terem o tempo suficiente para o lerem e analisarem, e de facto como aqui foi dito, haver um debate sobre estas matérias.

Às vezes estas coisas acontecem, espero que não se volte nunca a repetir, e desde já pedimos desculpa pela entrega de facto tardia, sendo que o prazo legal de entrega é até trinta de abril, ainda estaremos dentro do prazo legal felizmente para o debater e para o aprovar. Mas seja como for, o que eu acho que é importante é que todos os Senhores Deputados tenham as condições necessárias para poderem analisar este documento. Portanto é isso que me compete dizer da parte do executivo”.

6.6.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado João Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7h

Só para clarificar que este documento nem sequer é votado, este documento é só discutido e apreciado”.

6.6.5 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores/as Deputados/as Municipais;

De facto, a Informação da Atividade Municipal, integra obrigatoriamente a agenda de todas as Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal, nos termos da Lei e do Regimento, será distribuída ou será enviada à Assembleia para conhecimento dos Senhores Deputados Municipais com 5 (cinco) dias de antecedência contados nos termos da legislação aplicável que é dia seguidos. No passado houve situações em que não foram respeitados os 5 (cinco) dias, mas de facto nunca foi entregue no próprio dia que eu tenha conhecimento e memória. Portanto fica registado e a explicação da Senhora Presidente também fica registada.

A duração máxima e os tempos limite para que a reunião possa ocorrer não têm que ser respeitados, são tempos limite, portanto há razões ponderosas para nós interrompermos aqui a nossa reunião, é o que faremos, e recomeçamos na segunda-feira como tínhamos combinado”.

7 – Sendo próximo da meia noite deu-se por concluída a 2ª reunião da Sessão Ordinária de abril, sendo os trabalhos retomados na próxima 2.ª Feira, pelas 21 horas e 15 minutos.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Lina Gonzalez, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Amélia Pardal e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Municípes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Silva